

CAPELANIA EVANGÉLICA

2010



Trata-se de uma visão geral sobre o tópico Capelania. Aborda de maneira abrangente os aspectos: teóricos, históricos nacionais e práticos. Partimos de uma visão triteísta do ser humano: espírito, alma e corpo e sua conjugação num ambiente terapêutico.

**Brasília
Brasil**



*“ então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai!
Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo.
Porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me hospedastes; estava nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes;
preso, e fostes ver-me. Então, perguntarão os justos: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer? Ou com sede e te demos de beber? E quando te vimos forasteiro e te hospeda mos? Ou nu e te vestimos? E quando te vimos enfermo ou preso e te fomos visitar? O Rei, respondendo, lhes dirá: Em verdade vos afirmo que, sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.”*

Mateus 25:34-40

PARTE I

VISÃO TEÓRICA (CAPELANIA)



INTRODUÇÃO

A espiritualidade traduz-se em sermos seres espirituais e possuímos, transitoriamente, um corpo físico.

Acreditamos que o ser humano é um espírito que habita no corpo e se expressa através da mente.

Pesquisas realizadas pelas ciências naturais, como a física e a biologia, têm endossado essa afirmação.

O corpo físico é apenas um reflexo do espírito.

Assim, a espiritualidade é algo inerente ao ser humano. Constitui campo de elaboração subjetiva no qual a pessoa constrói de forma simbólica o sentido de sua vida e busca fazer frente à vulnerabilidade desencadeada por situações que apontam para a fragilidade da vida humana.

Estudos recentes têm valorizado muito o conceito de espiritualidade e no Brasil, números significativos de profissionais da saúde vêm se interessando pelo tema. Atualmente, as práticas religiosas têm estado presentes no trabalho em saúde de forma pouco crítica e elaborada.

Mesmo que o elemento religioso esteja presente no modo como os pacientes elaboram suas crises, os profissionais de enfermagem não têm preparo para discutir e como lidar com a religiosidade e lançam mão de suas convicções religiosas pessoais de forma acrítica.

Um fator que dificulta o cuidado espiritual é a influência do materialismo por valorizar sobremaneira a beleza, o poder, o material, desse modo, esvaziando o ser humano do valor que ele tem em si, como ser único, inteligente, livre, responsável e digno. Este aspecto tem reflexos na atuação dos profissionais de enfermagem que exercem sua profissão junto a pessoas fragilizadas, como é o caso dos pacientes terminais.

A bioética é uma área do conhecimento com pouca expressão, ainda, no campo da espiritualidade e sua interlocução se dá efetiva tanto com as doutrinas éticas de inspiração teológica quanto com as doutrinas éticas de inspiração leiga. No entanto, a bioética pode ser definida como a guardiã na terminalidade da vida, aquela que aposta na necessidade de se estar atenta à qualidade do cuidado no adeus à vida, como muito bem teoriza Pessini, em seus estudos, quando aponta o papel da bioética na terminalidade da vida.

A bioética subsidia o respeito aos aspectos espirituais e religiosos, pois prima pelo caráter plural na análise e discussão de situações concretas, assim, evitando assumir posições sectárias.

Sempre que se pensa em cuidado, os aspectos espiritualidade, saúde e bioética estão inclusos, pois são conceitos que se implicam e se interpenetram. Para que o paciente possa receber um cuidado completo na fase final de sua vida, é preciso haver sincronia entre estas áreas do conhecimento e ação. Também, não é possível desvincular os papéis dos diferentes atores em saúde. Portanto, as ações dos profissionais e pastoralistas estão interligadas e traduzem processos de trabalho em formas de produção coletiva de saúde; este aspecto traz à pauta a característica interdisciplinar da bioética.

A bioética e a espiritualidade constituem ferramentas no sentido de ajudarem a ultrapassar a idéia curativa da saúde e voltar-se para a potencialização do sujeito visto em suas múltiplas dimensões.

A partir destas idéias, pode-se pensar que o lugar do profissional de enfermagem, no campo do agir em saúde, compreende mais do que a realização de procedimentos e técnicas. Novas competências são exigidas dele em relação ao trabalho realizado na perspectiva da visão integral de saúde e do bem-estar físico, mental e social, e não a simples ausência de doença. Verspieren apresenta uma visão integral de saúde, entendida como capacidade de reagir a elementos desestabilizadores do equilíbrio vital, compreendendo-a enquanto realidade somática, psíquica, social e espiritual.

Barchifontaine e Pessini acrescentam que a saúde não pode ser entendida apenas como ausência de doença; é o produto de condições objetivas de existência.

Resulta das condições de vida e das relações que as pessoas estabelecem entre si e com a natureza por meio do trabalho. Entende-se saúde para além da visão restrita à ausência de doenças, sendo capaz de envolver a subjetividade e o conhecimento prático do profissional. O sentido final do trabalho em saúde é defender a vida das pessoas, individuais e/ou, por meio da produção do cuidado. O ato de saúde precisa ser um ato de cuidado dirigido, também, à dimensão espiritual do paciente.

É preciso agregar ao saber científico intuição, emoção e acuidade de percepção sensível, além da razão. Na terminalidade, muitas vezes, manifestam-se, no paciente, sentimentos de medo e angústia, os quais devem ser identificados, respeitados e tratados pela equipe de enfermagem. Não propomos um discurso religioso, pois o respeito à crença de cada pessoa é indiscutível, como prevêm tanto a espiritualidade quanto a bioética. Pensamos em um acolhimento abrangente, como qual podemos demonstrar amor e interesse pela sua vida, auxiliando-o a tornar sua morte mais serena.

Esse cuidado mais abrangente do que somente tratar o corpo pode estar incluso nas tarefas da enfermagem, principalmente, porque a mesma tem mais contato com o paciente do que o profissional que exerce a função de assistente espiritual. Sendo o cuidado espiritual importante, a enfermagem deve se instrumentalizar para integrá-lo em sua atividade diária. Esse cuidado não supõe um tempo específico, mas se faz presente na relação, na maneira do profissional de enfermagem estar presente, ouvir, orientar e exercer técnicas junto ao paciente.

Existe um aumento de interesse em compreender o efeito da fé na saúde. Há interesse e maior abertura para o estudo e a inclusão do tema em nível acadêmico e de pesquisa.

Dessa forma, a presente introdução, resultado de uma pesquisa feita com pessoas que trabalham no campo da espiritualidade, visa a refletir sobre a necessidade da enfermagem integrar, no seu trabalho com o paciente, o cuidado espiritual, dando a ele, assim, um atendimento mais abrangente, ou seja, sobre o jeito de transmitir ao paciente que está morrendo, o consolo, o conforto, o descanso e a paz que pode encontrar, até mesmo num leito de morte.

A Capelania e enfermagem podem organizar e desenvolver um trabalho integrado no sentido de oferecer ajuda espiritual sincronizada ao paciente que está morrendo.

A espiritualidade pode surgir, na doença, como um recurso interno que favorece a aceitação, o empenho no restabelecimento, a aceitação de sentimentos dolorosos, o contato e o aproveitamento da ajuda das outras pessoas e até a própria reabilitação.

Isso remete à sua essência básica como um fator de saúde e realça sua importância nos processos de prevenção de doenças, manutenção da saúde ou de reabilitação e cura. O conceito de saúde também tem mudado e tornou-se cada vez mais complexo. Muitos estudos têm fornecido uma atenção mais acurada para a dimensão espiritual.

Continuando, um dos entrevistados ressalta que a Capelania pode atender os profissionais também. Outro entrevistado coloca que os Assistentes Espirituais podem oferecer cursos, seminários, acompanhar e supervisionar a enfermagem no cuidado espiritual.

A integração entre ciência e espiritualidade tem grande importância no enfrentamento dos problemas de saúde não só para os indivíduos, como também para a coletividade.

Uma maneira da enfermagem e Capelania realizarem um trabalho integrado é, acima de tudo, como foi relatado pelos entrevistados, por meio do diálogo e respeito mútuo.

Entende-se que as reuniões para trocar informações e para traçar linhas de ação são muito importantes, bem como os treinamentos para a enfermagem. Esses treinamentos podem ser dados pela própria Capelania.

A enfermagem deve buscar mais condições para praticar o cuidado espiritual, tanto por meio de seminários e cursos como de leituras complementares.

É necessário considerar a pessoa como ser holístico para se entender a espiritualidade como um aspecto importante no processo terapêutico e essencial para o bem-estar.

O profissional de saúde pode ajudar o paciente ouvindo-o, estando atento às suas emoções e aos seus sentimentos. Muitas vezes, isso é mais importante que qualquer terapêutica. É necessária uma preparação acadêmica que reforce o respeito pela pessoa e por sua crença.

Para atender as necessidades espirituais do paciente, não há uma regra nem uma fórmula.

Quem contata todos os dias com os pacientes e com o seu sofrimento, sabe que cada pessoa sente de uma forma diferente, tem uma vivência própria, tem um objetivo de vida próprio, tem uma espiritualidade própria.

A dimensão espiritual é inerente ao indivíduo, sendo importante para os enfermeiros avaliá-la e nela intervir quando necessário. Entretanto, essa dimensão deve ser diferenciada do aspecto religioso e do comportamento psicossocial.

É importante que estejam bem definidas as tarefas da enfermagem e da Capelania, havendo colaboração, diálogo e integração entre os setores. No momento em que as funções da Capelania e enfermagem estão definidas, o paciente poderá receber um cuidado espiritual adequado e contínuo. A enfermagem, também, deve dar as informações biopsicossociais e espirituais do paciente aos Assistentes Espirituais, facilitando seu trabalho, preservando sempre sua privacidade.

O cuidado espiritual ao paciente caracteriza um desafio.

Supõe formação, maturidade, habilidade, serenidade e sensibilidade às reais necessidades do outro.

Traduz um momento importante para o paciente e gratificante para o pastoralista.

A dimensão espiritual formará um novo paradigma social.

Cada vez mais se reconhece que a fé ajuda no processo de recuperação da saúde e enfrentamento da doença.

A espiritualidade beneficia a saúde integral da pessoa e capacita o profissional a lidar com o paciente .

A enfermagem, no geral, não está preparada para prestar o cuidado espiritual ao paciente. Este cuidado implica um processo pessoal de autoconhecimento e amadurecimento, uma experiência de fé significativa.

É preciso saber entrar em contato com as próprias dores e medo da morte.

Outro motivo que traduz o despreparo da enfermagem em lidar com o paciente é a falta de formação específica para o enfrentamento e elaboração das reações pessoais frente ao paciente terminal. Os profissionais de enfermagem tornaram-se calejados e insensíveis frente ao ambiente de sofrimento em que trabalham e, muitos, ainda, restringem-se somente à parte técnica. É preciso vocação, dedicação, treinamento e uma experiência de vida para incluir, no cuidado ao paciente terminal, a dimensão espiritual.

A revolução do conhecimento científico, voltada para a tecnociência, tem reforçado a dificuldade da enfermagem de lidar com o paciente terminal, por exemplo.

É preciso humanizar e resgatar os valores subjetivos.

É de vital importância de incluir o cuidado espiritual às tarefas técnicas prestadas aos pacientes pela enfermagem.

O cuidado espiritual supõe permanecer sensíveis e abertos para falar aquilo que sentimos ser o melhor para o paciente. É nessa relação que encontramos e descobrimos a forma e o momento corretos de falar, como falar e o que falar através do Espírito Santo.

Nesta perspectiva, o serviço de pastoral implica em respeito, fé, abertura e um grande amor às pessoas.

O vínculo criado entre enfermagem e paciente facilita o cuidado espiritual, pois amplia a confiança e comunicação entre ambos. A enfermagem tem um contato pessoal e contínuo com o paciente e tem uma convivência mais simples com a morte, pois não representa para si uma derrota profissional. A integração entre enfermagem e Capelania no cuidado espiritual ao paciente é uma tarefa difícil. É preciso haver interesse comum pelo paciente. Os dois setores têm que falar a mesma linguagem e deve haver, entre ambas as partes, diálogo e respeito. A enfermagem também deve ser habilitada.

É necessária uma preparação acadêmica que reforce o respeito pelo paciente e sua crença.

É importante a definição de tarefas de cada um e colaboração e integração entre os setores.

A integração entre ciência e espiritualidade tem grande importância para o paciente terminal. Muitos estudos têm fornecido uma atenção mais especial à dimensão espiritual, pois a espiritualidade pode surgir como um recurso interno de aceitação da doença e de sentimentos dolorosos para o paciente terminal.

Constatou-se, também, a importância da continuidade ao cuidado espiritual prestada pelos agentes de pastoral e Capelania, bem como o fornecimento de informações do paciente em um trabalho integrado entre enfermagem e Capelania, com o repasse de aspectos significativos colhidos pela enfermagem para o serviço de pastoral.

Para a enfermagem integrar o cuidado espiritual ao rol de suas práticas diárias precisa habituar-se a ver o paciente na sua totalidade.

Neste estudo, a bioética faz-se presente nos relatos dos entrevistados quando apontam a necessidade de responsabilidade, a troca de conhecimento, o pluralismo, a superação de posturas sectárias e a preservação do caráter plural da discussão. Saúde, espiritualidade e bioética implicam-se.

O cuidado espiritual, como mais um aporte do saber/fazer da enfermagem, supõe capacidade de captar relações de significado entre as diferentes instâncias de saber.

Referências

- (1) Saúde e espiritualidade, uma nova visão do ser humano. Clinionco 2005 ago/set; 2(8). Disponível em:
URL:www.clinionco.com.br/informativo/capa_setembro.asp.
- (2) Vasconcelos EM. A espiritualidade no trabalho em saúde. São Paulo: Hucitec; 2006.
- (3) Selli L, Garrafa V. Bioética, solidariedade crítica e voluntariado orgânico . Rev Saúde Pública [online] 2005; 39(3):473 -8.
Disponível em: URL:www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000300020&lng=pt&nrm=iso.
Acesso em: 12/08/06.
- (4) Pessini L. Morrer com dignidade, como ajudar o paciente terminal. 2ª.ed. Aparecida do Norte, SP: Santuário; 1990.
- (5) Selli L. Bioética: solidariedade crítica e voluntariado orgânico (tese). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde; 2001.
- (6) Durand G. A bioética: natureza, princípios objetivos. Trad. Por rphírio Figueira de Aguiar Netto. São Paulo: Paulus; 1995.
- (7) Brasil. Ministério da Saúde. Projeto promoção da saúde: declaração de Alma - Ata, Carta de Ottawa, declaração de Adelaide, declaração de Sundvall, declaração de Santafé de Bogotá, declaração de Jacarta, rede dos Megapaíses, declaração do México.
Brasília: Ministério da Saúde; 2001.
- (8) Verspieren P. Vie, santé et mort. In: Initiation à la pratique de la théologie. Paris: Cerf; 1983. t.4. p.359 -401.
- (9) Barchifontaine CP, Pessini L. Problemas atuais de bioética. 5ª.ed. São Paulo: Loyola; 2000.
- (10) Merhy EE. Um dos grandes desafios para os gestores do SUS: apostar em novos modos de fabricar os modelos de atenção. In:
Merhy EE et al. O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec; 2003. p.15 -35.
- (11) Horta CR, Neme CM, Capote PS, Gibran VM. O papel da fé no enfrentamento do câncer. São Paulo: Roma; 2003.
- (12) Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: URL:www.ufrgs.br/bioética/res19696.htm#cinf.
- (13) Minayo SC. O desafio do conhecimento: a pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Aplicada; 2006.
- (14) Cavalcanti EV. Aconselhamento a pacientes terminais. São Paulo: Presbiteriana; 1983.
- (15) AFECES. Gestão humanizada. Disponível em:
URL:www.afecesconsultoria.com/pace.htm.
- (16) Pe. Arlindo Fávero. O milagre da fé. Revista Salette; (731). Disponível em:
URL:[www.misacor.com.br/f%\(3%A9\).htm](http://www.misacor.com.br/f%(3%A9).htm).
- (17) Lopes AC. Prioridade aos cuidados paliativos. Disponível em:
www.idademaior.com.br/areas/corpo.htm.
- (18) Rádio Vaticano - a voz do papa e da igreja em diálogo com o mundo. Disponível em:
www.oecumene.radiovaticana.org/Articolo.asp?c=108787.
- (19) Lichtenfels H. Saúde e espiritualidade: sentido de vida no envelhecimento. In: Noé SV (org). Espiritualidade e saúde -da cura d'al mas ao cuidado integral. São Leopoldo: Sinodal; 2004.

- (20) Glanzner CH, Zini LW, Lautert L. Programa de atendimento da enfermagem na admissão e alta hospitalar. Rev Gaúcha Enfermagem 2006; 27:95.
- (21) Província Camiliana Brasileira. Disponível em: www.camilianos.org.br/publicações.
- (22) Kulber-Ross E. Sobre a morte e o morrer. São Paulo: Martins Fontes; 2000.
- (23) Leite TA, Strong MI. A influência da visão holística no processo de humanização hospitalar. Rev O mundo da saúde, São Paulo, 2006; 30(2):207.
- (24) Calannam N. Gestos finais: como compreender as mensagens e a condição especial das pessoas que estão morrendo. São paulo: Nobel; 1994.
- (25) Zoboli EL, Sartório NA. Bioética e enfermagem: uma interface no cuidado. Rev O mundo da saúde, São Paulo, 2006; 30(3):384 -5.
- (26) Secretaria da Fazenda do município de Fortaleza - Cláudio Roberto. Disponível em: www.infobase.2it.com.br.
- (27) Marques LF. A saúde e o bem-estar espiritual em adultos Porto -Alegrenses. Psicologia, ciências e profissão 2006, Conselho Regional de Psicologia. Disponível em: revista@pol.org.br.
- (28) Lourenço I. A espiritualidade no processo terapêutico - Realidade e importância. Disponível em: www.quarteto.t/olivro/default.asp?pnldLivro=319.

REGULAMENTAÇÃO

Legislação brasileira

A Assistência Espiritual nas entidades civis e militares de internação coletiva é dispositivo previsto na Constituição Brasileira de 1988 nos seguintes termos: “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.” (CF art. 5º, VII).

A lei 6.923, de 29/6/1981, alterada pela lei 7.672, de 23/9/1988, organizou o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

A partir desta legislação temos definido que:

(1) “O Serviço de Assistência Religiosa tem por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas.” (Lei 6.923, art. 2º)

(2) “O Serviço de Assistência Religiosa será constituído de Capelães Militares, selecionados entre sacerdotes, ministros religiosos ou pastores, pertencentes a qualquer religião que não atente contra a disciplina, a moral e as leis em vigor.» (Lei 6.923, art. 4º)

(3) “Cada Ministério Militar atentará para que, no posto inicial de Capelão Militar, seja mantida a devida proporcionalidade entre os Capelães das diversas regiões e as religiões professadas na respectiva Força.” (Lei 6.923, art. 10)

Nota-se a seriedade e a boa procedência da Capelania, quando esta se dedica à observância das leis federais, estaduais e municipais, bem como cumpre com os Estatutos e Regulamentos das Instituições em que estão inseridas, a exemplo das Instituições Hospitalares.

Dentre outras, destacamos as seguintes leis:

☐ Constituição Federal – Artigo 5º., Caput, VII, VIII e XIII.

☐ Lei Federal No. 9.982, de 14 de Julho de 2000.

☐ Lei Estadual No. 10.241, de 17 de Março de 1999 – Artigo 2º., XX.

DEFINIÇÕES BÁSICAS

Capelão

Capelão é um ministro religioso autorizado a prestar assistência religiosa e a realizar cultos religiosos em comunidades religiosas, conventos, colégios, universidades, hospitais, presídios, corporações militares e outras organizações.

Ao longo da história, muitas cortes e famílias nobres tinham também o seu capelão.

Aconselhamento Pastoral

Em francês o aconselhamento pastoral é chamado de: “La cure d’âme” .

“La Cure d’Âme” cuida da alma aflita, medica como o médico o faz com os sintomas e faz curativos como a enfermeira com os machucados.

A importância do Aconselhamento Pastoral :

- Paz
- Paz consigo mesmo
- Paz com Deus (Perdão)

Por alma aqui, é necessário o entendimento do homem como um todo: corpo , alma e espírito.

Toda a pessoa, sua personalidade, seu estado d’alma, sua felicidade, sua paz e sua saúde, física e mental.

“Então, formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego da vida, e o homem passou a ser alma vivente”.
Gênesis 2.7

Diferentemente de toda e qualquer outra criatura, o homem teve uma intervenção especial de Deus após a criação: Deus insufla -lhe Seu Espírito (theospneutos – sopro divino) e o homem se torna alma vivente.

ÁREA DE ATUAÇÃO

- Militar
- Carcerária
- Escolar
- Hospitalar
- Outros.

CAPELANIA MILITAR

Também chamada de capelania castrense.

O capelão militar é um ministro religioso encarregado de prestar assistência religiosa a alguma corporação militar (Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares).

Nas instituições militares existem as capelarias evangélicas e católicas, as quais desenvolvem suas atividades buscando assistir aos integrantes das Forças nas diversas situações da vida. O atendimento é estendido também aos familiares. A atividade de capelania é importante no meio militar, pois contribui na formação moral, ética e social dos integrantes das Unidades Militares em todo o Brasil. Para se tornar um Capelão Militar, o interessado deve ser Ministro Religioso - Padre, Pastor etc., ter formação superior em Teologia (conforme a Legislação brasileira, Bacharel em Teologia), experiência comprovada no Ministério Cristão, e ainda ser aprovado em concurso público de provas e títulos. Ao ser aprovado no concurso específico, o militar capelão é matriculado em curso militar de Estágio e Adaptação de Oficial Capelão.

Capelania Militar Católica

A Capelania Militar Católica no Brasil é garantida por força do acordo diplomático celebrado entre o Brasil e a Santa Sé, assinado no dia 23/10/1989. Por força deste acordo a Santa Sé criou no Brasil um Ordinariato Militar para assistência religiosa aos fiéis católicos, membros das Forças Armadas. Este Ordinariato Militar é canonicamente assimilado às dioceses, e é dirigido por um Ordinário Militar. Este prelado goza de todos os direitos e está sujeito a todos os deveres dos Bispos diocesanos. O Ordinário Militar deve ser brasileiro e tem a dignidade de Arcebispo e está vinculado administrativamente ao Estado -Maior das Forças Armadas, sendo nomeado pela Santa Sé, após consulta ao Governo brasileiro. O Estatuto do Ordinariato Militar foi homologado pelo decreto *Cum Apostolicam Sedem*, de 02/01/1990, da Congregação dos Bispos.

Capelania Militar Protestante

O primeiro pastor protestante a servir os militares brasileiros foi o alemão Luterano Friedrich Christian Klingelhöffer, pastor da Comunidade Protestante Alemã, na localidade de Camp o Bom, no Rio Grande do Sul, em 1828. Dez anos depois Klingelhoefter, integrado aos "Farrapos", morreu em um combate da Revolução Farroupilha.

A Capelania Militar Protestante foi organizada pela extinta Confederação Evangélica do Brasil em conjunto com o governo Brasileiro, para assistir os militares protestantes.

Os dois primeiros capelães protestantes do Brasil foram, o pastor metodista Juvenal Ernesto das Silva e o batista João Filson Soren (1908-2002), ambos atuando na Segunda Guerra Mundial servindo a Força Expedicionária Brasileira (FEB) entre 1944 e 1945.

O primeiro capelão protestante que chegou à Chefia do Serviço de Assistência Religiosa - SAREx, no Exército Brasileiro, em Brasília - DF, foi o luterano Elio Eugênio Muller, no ano de 1998. Com o seu porte altivo e com convicção ele elevou bem alto a bandeira do espírito fraterno, no vínculo de trabalho entre padres e pastores do SAREx.

O fato é que o cargo de Chefia do SAREx integra todos os capelães, tanto católicos bem como protestantes, e exige um diálogo interconfessional permanente, para que se faça a harmonia entre os diferentes credos. Esse cargo, ao longo da história do Brasil, desde o tempo do Império sempre fora exercido por católicos, desde os tempos em que o Catolicismo era a religião oficial do Brasil. A Instituição Militar, por sua vez, com a nomeação de um protestante, demonstrou abertura e espírito ecumênico, sinalizando que na Força não existe discriminação religiosa, para o exercício da carreira militar.

A Capelania Militar Protestante é, portanto, parte integrante do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas. Composta, atualmente por 09 pastores capelães no Exército Brasileiro, 09 na Marinha do Brasil, 03 na Força Aérea Brasileira e muitos outros nas PM e BM dos diversos Estados brasileiros.

CAPELANIA CARCERÁRIA

INTRODUÇÃO

Na Inglaterra do século XVIII já existia uma Capelania Carcerária de vez que os estabelecimentos de reclusão penal contavam com os serviços religiosos oferecidos por intermédio da figura do Capelão, um clérigo anglicano que cuidava dos serviços pastorais relacionados aos presos, serviços geralmente sediados nas capelas institucionais.

William Morgan, pioneiro do Clube Santo, foi o primeiro a exercer a função de Capelão. Em 1730 introduziu João Wesley nessa missão quando é iniciado o trabalho de visitação carcerária.

Duncan A. Reily aponta que o local escolhido foi a Prisão do Castelo em agosto de 1730 iniciando a “capelania não -oficial”.

Os registros biográficos de João Wesley apontam que ele exerceu a função de maneira intensa até ao final de sua vida. Percorreu as cadeias de Londres, Bristol e Oxford não menos que 69 vezes.

A ocorrência dos crimes na Inglaterra naquele século era generalizada, a legislação punia os criminosos de maneira muito severa e desumana, inclusive com a pena de morte. Os magistrados e o sistema penitenciário deixavam muito a desejar; enquanto isso, a população carcerária lotava as cadeias.

Em 15 de outubro de 1759 Wesley pregou a prisioneiros franceses, na localidade de Knowle Wesley tendo como referência a legislação mosaica em Êxodo 23:9. Ela disciplina a maneira como os peregrinos e estrangeiros encontrados em território israelense devem ser tratados. Ele buscava consolar os prisioneiros franceses de gu erra e exortar as autoridades inglesas.

O título do documento: A um Réu tinha como tópicos principais os seguintes temas:

- (1) Explicação ao réu sobre o significado da morte para um condenado à pena capital e sua preparação para enfrentar o momento fatídico de sua execução;
- (2) Orientações ao réu condenado de como deveria se preparar para um encontro com Deus;
- (3) Orientações práticas sobre arrependimento dos pecados como parte de sua preparação em conseguir a salvação de sua alma;
- (4) Apresentação de Jesus Cristo como único meio de salvação pela fé como Cordeiro de Deus que realizou um sacrifício vicário, reconciliador e vitorioso sobre a morte.

Contexto Brasileiro

A situação carcerária vigente no País não diverge muito, na prática, das situações vividas por João Wesley na Inglaterra do século XVIII.

Nelson Mandela com propriedade afirma que se quisermos conhecer a realidade de um País basta fazer uma visita aos porões de seus presídios.

Isso foi feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema Penitenciário que encontrou em Salvador na Penitenciária Lemos de Brito a seguinte frase:

“O sistema carcerário é **dez**: Dez graçado, Dez humano, Dez truidor, Dez ligado, Dez figurado, Dez engonçado, Dez agregador, Dez temperado, Dez trambelhado, Dez informado”.

Há um inferno carcerário fruto filho de vários pais: a inversão da ocupação do território nacional com o êxodo rural, a concentração de renda, o desemprego, a falta de políticas públicas de habitação, saúde, educação, transporte, saneamento, a concentração de renda e terra, o expressivo contingente populacional em favelas. Soma-se ainda, a corrupção desenfreada, a ausência

do estado, a falta de participação popular nos assuntos estratégicos e a quase total impunidade da elite política e econômica com seus colarinhos brancos. Da criminalidade amadora à especializada por meio de quadrilhas que desviam recursos públicos, pelos que atuam na rede de roubo de cargas, tráficos de armas, drogas e pessoas, prostituição, jogos, milícias, pistolagem e tantos outros.

Sendo que aqueles que são encarcerados vão para estabelecimentos penais cercados de insegurança e já mapeados por organizações que controlam e manipulam a massa de presos pobres e despolitizados.

Diante da insegurança, do desespero e da crescente impunidade surgem as mais diversas e espantosas expressões que dominam a ideologia brasileira: “bandido bom é bandido morto”, defesa da justiça privada expressa na lei do Talião: “olho por olho e dente por dente”.

Acreditamos que essa postura somente aumenta o paradoxo e potencializa o mal. Quanto mais a sociedade fizer da pena instrumento de vingança social, mais haverá violência, mais crescerá o descaso com a execução penal implicando em mais insegurança para todos.

O Estado não deve se vingar, mas, punir com rigor a todos os que delinqüem e buscar a sua recuperação para uma vida produtiva em harmonia com a lei e com a sociedade.

A Capelanía Carcerária trabalha na antítese do que Edmund Burke parafrazeou: “Tudo o que é preciso para o triunfo do mal é que as pessoas do bem nada façam”.

Enxerga na Teologia do Sofrimento o resgate do homem pela Assistência Espiritual.

Estado Brasileiro

O Relatório da CPI do Sistema Penitenciário defende a assistência religiosa em presídios. Ela entra como forma de inibir o domínio do crime organizado nos presídios. O texto afirma que os grupos religiosos devem ser contemplados de “forma obrigatória” com espaços físicos para cultos, missas e reuniões.

Aponta ainda que é direito do detento e cita diversas leis, tanto nacionais como as de outros países, que asseguram a organização do regime carcerário de maneira a permitir a prática religiosa e participação em serviços e reuniões.

A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, com a cooperação da comunidade, conforme se extrai dos ditames dos artigos 4º e 10º da LEP (Lei de Execução Penal).

Determinadas pessoas, previamente preparadas, devem ter acesso regulamentar aos institutos penais para promover a dignidade e a cidadania dos presos, internos e funcionários.

O Estado deve incentivar e viabilizar todas as modalidades de participação da sociedade na administração e controle dos serviços públicos das penitenciárias, centros de detenção e outros organismos que reprimem a liberdade da cidade, já

que todo ser humano deve receber um tratamento humano, pois o preso e o cidadão livre são absolutamente iguais em dignidade pessoal

Legislação

Existe uma fundamentação jurídica aplicada aos Direitos Humanos em relação à população carcerária.

No âmbito internacional

- (01) Carta das Nações Unidas, adotada e aberta à assinatura pela Conferência de São Francisco em 26.06.45 e assinada pelo Brasil em 21.01.45;
- (02) Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução Nº 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10.12.48 e assinada pelo Brasil na mesma data;
- (03) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotado pela Resolução Nº 2.200 (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 16.12.66, assinada pelo Brasil em 24.01.92;
- (04) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Resolução Nº 2.220 -A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 16.12.92 e assinada pelo Brasil em 24.01.92;
- (05) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes, adotada pela Resolução Nº 39-46, da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10.12.84, assinada pelo Brasil em 28.09.
- (06) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, adotada pela Resolução Nº 34 -180 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 18.12.79, assinada pelo Brasil em 19.02.84;
- (07) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução Nº 2.106 A (XX) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 21.12.65, assinada pelo Brasil em 27.03.68;
- (08) Convenção Sobre o Direito da Criança, adotada pela Resolução L.44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 20.11.89, assinada pelo Brasil em 24.09.90

No âmbito nacional

- (01) Constituição Federal artigos XLVI, XLVII, XLVIII e XLIX.
- (02) LEP (Lei de Execução Penal);
- (03) ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Objetivo

Para que existam equipes bem formada é necessário que exista a Capelania. Em muitos momentos de sua vida o ser humano necessita ser consolado, confortado e orientado para enfrentar as aflições do mundo. A Capelania Carcerária desempenha este papel ajudando àquele que está privado de sua liberdade por um ato que deve ser punido e entendido.

O serviço prestado pelos voluntários será para todos os cristãos, e até mesmo para ateus, caso queiram, e outros credos religiosos.

Formação

Para o exercício eficaz de Assistência Espiritual Carcerária o voluntário deve ter conhecimentos mínimos relativos ao ministério.

Essas orientações devem passar pelo conhecimento de humanas abrangendo uma gama de informações a serem utilizadas como ferramentas pelo Capelão Carcerário. Tais como:

- (01) Noções de Sociologia;
- (02) Noções de Direito;
- (03) Noções de Ética Carcerária;
- (04) Noções de Ambiente Presidional;
- (05) Noções de Direitos Humanos;
- (06) Noções de Segurança;
- (07) Noções de Teologia do Sofrimento
- (08) Noções de Psicologia;
- (09) Noções de Aconselhamento Cristão

Atuação Direta

O trabalho de Capelania Carcerária atua sobre os encarcerados e egressos, seus parentes e sobre o corpo de segurança penitenciário e administrativo das unidades prisionais.

Resumem-se em um tripé de atividades: Assistências Jurídica, Social e Pastoral. Abrangendo:

- (01) Aconselhamento Espiritual e Pastoral
- (02) Intercessão e Guerra Espiritual;
- (03) Distribuição de Bíblias e Literatura Evangélica;
- (04) Encaminhamento Jurídico;
- (05) Realização de reuniões;
- (06) Cultos;
- (07) Santa Ceia;
- (08) Batismos;
- (09) Unção de Enfermos;
- (10) Casamentos;
- (11) Batismo Infantil;
- (12) Alfabetização;
- (13) Atividades Recreativas;
- (14) Atividades Musicais;
- (15) Preparo de Liderança;
- (16) Cursos;
- (17) EBD (Escola Bíblica Dominical);
- (18) Outros.

Referências

- (01) BUYERS, Paul E. História do Metodismo. São Paulo. Imprensa Metodista;
- (02) GONZALES, Justo (Editor Geral). Obras de Wesley;
- (03) SILVA, Aluísio L. Capelania Carcerária: Contribuição de João Wesley. UMSP
- (04) Site Oficial do CGADB;
- (05) Lei 3.255 de 30-08-06 do Deputado Pedro Kemp _ <http://www.al.ms.gov.br/Default.aspx?Tabid=56&ItemID=19505>;
- (06) Relatório da CPI do Sistema Penitenciário 2007

CAPELANIA ESCOLAR

A Capelania Escolar é um serviço assistencial religioso de apoio espiritual, centrado nos princípios bíblicos (verdades bíblicas), comprometida com a formação integral do ser humano no resgate dos valores construtivos, transmitindo palavra de orientação e encorajamento às pessoas em momentos especiais ou de crise prestado por ministro religioso garantida por lei em entidades civis e militares de internação coletiva, como dispositivo previsto na Constituição Brasileira.

Dois teóricos da personalidade (Kluckhohm e Ammurray) disseram:

“Todo homem é em alguns aspectos: como todos os outros homens; como alguns outros homens; como nenhum outro homem.” (Determinantes da personalidade, p.35).

Fundamentação

A prática de Jesus é o tríplice alvo da Igreja: Curar – Ensinar – Salvar

“Onde é levantado um templo para pregação, deve ser levantado outro edifício para educação dos nossos jovens” (Manual Pastorado Igreja -Colégio, p. 1).

“No mais alto sentido a obra de educação e da redenção são uma.” (Educação, p. 30).

“As escolas do mundo não nos podem preparar para darmos a mensagem que não conhecem.” (Manual Pastorado Igreja -Colégio, p. 2).

“Estas responsabilidades não são encargos comuns, são depósitos sagrados...” (Stanley S. Will, Ensinar, p.24 -25).

“A inexistência de valores e o abandono das boas e severas normas traçadas por Deus desde o princípio, nas escolas modernas que só se preocupam com a instrução profissional, tem sido a causa do colapso moral da juventude e por conseguinte da sociedade moderna.” (Manual igreja Adventista Colégio, p.5).

Objetivos

Dar assistência e orientação espiritual: Professores; Funcionários e seus familiares; Alunos e seus familiares; Igreja e comunidade.

Acompanhar espiritualmente: Grupos musicais; Fanfarra; Centro Cívico; Grêmio; Desbravadores; Projeto Jovens em ação.